



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS NO SUL DE MATO GROSSO: EM QUESTÃO AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO (1949 - 1963)

NATIONAL CAMPAIGN OF FREE EDUCATIONAL IN THE SOUTH OF MATO GROSSO: IN QUESTION THE RELATIONS BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE (1949 - 1963)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo compreender a dimensão entre o público e o privado, alçado na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), e seus desdobramentos no estado de Mato Grosso, no período de 1949-1963. As informações foram produzidas a partir do Estatuto da CNEG, da legislação nacional e regional, como também de fontes jornalísticas e memorialísticas, de atas e historiografia. O referencial teórico mobilizado para as análises está pautado em Pierre Bourdieu, no qual se operacionalizaram as noções de campo, agentes e capitais. Os resultados sinalizam que a CNEG, ao longo de sua história, não estabeleceu sua caracterização de fato, ou seja, não se denominava pública ou privada nos Estatutos (1948-1961), contatou-se sua caracterização privada com exercício de função pública; as subvenções contribuíram para sua consolidação e legitimação no estado, e sua atuação no estado de Mato Grosso supriu as necessidades da época ao ofertar o curso ginasial.

Palavras-chave: Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Público-privado. Sul de Mato Grosso.

ABSTRACT

This article aims to understand the public-private dimension of the “*Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*” - CNEG (National Campaign for Free Education) and its developments in the state of Mato Grosso, in the 1949-1963 period. The information was produced based on the CNEG Statute, national and regional legislation, as well as journalistic and memorialistic sources from minutes and historiography. The theoretical framework mobilized for the analysis is based on Pierre Bourdieu, in which the notions of field, agents and capital were operationalized. The results indicate that CNEG, throughout its history, did not establish its characterization in fact, that is, it was not denominated public or private in the Statutes (1948-1961) he grants contributed to its consolidation and legitimation in the state, and its work in the state of Mato Grosso supplied the needs of the time when offering the junior course.

Keywords: National Campaign for Free Education. Public-private. South of Mato Grosso.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender a dimensão da relação entre o público e o privado, alçada na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), e seus desdobramentos no sul do estado de Mato Grosso uno¹, entre os anos de 1949 e 1963.

Elencamos como objetivos aproximar das noções de público e privado no ideário da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, compreender a natureza e as características dessa Campanha e como ela se inseriu juridicamente. Em especial, destacamos o primeiro estabelecimento de ensino na porção do sul do estado de Mato Grosso, o Ginásio Barão do Rio Branco, em Campo Grande, e os recursos públicos que colaboraram para a consolidação da Campanha em Mato Grosso.

As informações foram produzidas a partir do Estatuto da CNEG (1948- 1961), da legislação nacional e regional, como também de fontes jornalísticas e memorialísticas e de atas e historiografia. Os principais lócus de coleta foram os sites da Biblioteca Nacional Digital², da CNEC³ e da Câmara dos Deputados⁴. O referencial teórico mobilizado para as análises está pautado em Pierre Bourdieu, no qual se operacionalizaram as noções de campo, agentes e capitais.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, empreendida por Felipe Tiago Gomes⁵, teve sua gênese em 1943, na cidade de Recife, capital de Pernambuco, com a

¹ Até 1977 o estado de Mato Grosso do Sul fazia parte do estado de Mato Grosso; anterior a essa data, nos referimos ao estado como Mato Grosso uno.

² Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/>>. Acesso em: 03 Dez. 2018.

³ Disponível em: <<http://h.cnec.br/institucional-cnec/historia/>>. Acesso em 01 Dez. 2018.

⁴ Disponível em: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 03 Nov. 2018.

⁵ Felipe Tiago Gomes nasceu em 01/05/1921, no Sítio Barra do Pedro, município de Picuí, na Paraíba. Era filho caçula de Elias Gomes Correia e Ana Maria Gomes, agricultores. Teve suas primeiras aulas com sua irmã, que havia concluído o curso primário na cidade. Terminado o ginásio e não tendo como continuar os estudos por questões financeiras, estava pronto para voltar à lavoura, quando foi convidado por um juiz local, Dr. José Saldanha, para morar em sua residência no Recife e continuar seus estudos. Concluiu, em 1944, o pré-Jurídico e ingressou, posteriormente, na Faculdade de Direito do Recife. Filiou-se à UDN e formou um grupo de resistência ao Governo Getúlio Vargas em Pernambuco. No ano de 1943, fundou a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e, em 1946, foi eleito prefeito de Picuí. Exerceu o mandato



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

finalidade de democratizar o acesso ao ensino secundário, ou seja, oferecer o ensino gratuito a jovens “desprovidos de recursos”. Iniciou-se com o Ginásio Castro Alves e a Campanha do Ginásio Pobre, passando a denominar-se, em seguida, Campanha dos Ginásios Populares, Campanha de Educandários Gratuitos, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e, por último, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

A CNEG expandiu-se vertiginosamente pelo Brasil entre 1943 e 1949 e, nesses anos, ocorreram fatos decisivos para a construção da Campanha. Dentre eles, destacamos a fundação de ginásios da CNEG em vários pontos do Brasil: o primeiro, Castro Alves, em Recife/PE; o segundo, Felizberto de Carvalho, em Niterói/RJ; o terceiro, Castro Pinto, em João Pessoa/PB; o quarto, o colégio João Cândido, em Curitiba/PR; e o quinto, em Coari/AM. A Campanha chegou a Mato Grosso em 1949, com a ajuda de Oliva Enciso⁶, uma professora que ocupou diferentes cargos públicos e foi influente agente da vida pública em Mato Grosso.

Segundo Naves (2013), a expansão ocorreu de maneira acelerada, em especial entre 1950 e 1960, em virtude do grande apoio de recursos federais. Em 1951, a Campanha possuía 32 instituições e esse número quase triplicou nos quatro anos posteriores. De acordo com o referido autor, no início de 1950, a CNEG atuava em regiões periféricas do país e contava com:

[...] 02 escolas em Pernambuco, 03 no Amazonas, 06 na Paraíba, 01 no Rio de Janeiro, 01 no Paraná, 05 em Alagoas, 01 no Pará, 02 no Espírito Santo, 01 no Distrito Federal, 02 no Mato Grosso, 05 em Goiás, 01 no

ao mesmo tempo em que frequentava as aulas na Faculdade de Direito. Em 1948, conseguiu uma vaga no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), mas pediu demissão para divulgar a Campanha. Em 1950, participou da Campanha de Erradicação do Analfabetismo do Estado do Rio de Janeiro, onde se tornou Diretor do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. Participou, na década de 1960, da Associação Brasileira da Educação. Faleceu em 21 de setembro de 1966, em Brasília. (FERRER, 2010).

⁶ Oliva Enciso nasceu em 17/04/1909, em Corumbá/MT. Proveniente de uma família economicamente desfavorecida, conseguiu cursar os ensinos primário e secundário em instituições particulares em virtude do seu capital social. Trabalhou na prefeitura de Campo Grande, período que conheceu políticos que contribuíram para a “qualidade” de seu capital social. Fundou diversas instituições, tais como a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante e o Senai. Participou da fundação da Apae, do Sesi e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso. Atuou também como vereadora e deputada estadual.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Maranhão, 01 no Rio Grande do Sul, além das escolas primárias da Escola Politécnica de São Paulo [...]. (NAVES, 2013, p. 81).

Outro motivo para essa expansão foi a aproximação de Felipe Tiago Gomes do ministro da educação Clemente Mariani, que apoiou a causa, ainda que sem investimentos financeiros. Nesse período, o fundador da Campanha viajava para divulgar o projeto e conseguir mais adeptos para ele, bem como o apoio do poder público.

Desse modo, no final da década de 1950, a CNEG passou a integrar o plano desenvolvimentista do governo Juscelino Kubistchek, que almejava o crescimento do Brasil em 5 anos. Sarah Kubistchek, a primeira dama na época, atuou como presidente da Campanha por muitos anos. Segundo Duarte (2014), a lei n. 3577, de 17 maio de 1959, decretava a subvenção anual para Campanha e, nesse ano, ocorreu a maior aumento do número de escolas, totalizando a criação de 120 instituições. Em 1960, a sua expansão continuou e foram criadas mais 105 escolas, com um total de 39.000 alunos.

Segundo a CNEC (2018), nos anos posteriores, a sua relação com o Estado tornou-se de parceria e passou por fases promissoras do “milagre brasileiro” como também por crises, porém atuou em todos esses momentos com maestria, legitimando-se por meio de seu histórico com o poder público e de seus adeptos. A CNEG chegou a manter 2.000 unidades no país, mas, com a retomada de responsabilidade do Estado e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), o número de escolas reduziu gradativamente. Com o falecimento de Felipe Tiago Gomes, a CNEC então se reestruturou e iniciou o “Sistema de ensino CNEC”.

Atualmente, a rede CNEC atua com 11 Instituições Cenevistas de Ensino Superior (ICES) e possui cerca de 85 unidades ativas. A Campanha ainda mantém três unidades gratuitas, atendendo 3.000 crianças que não podem arcar com os custos da educação.

Em face do exposto, perscrutaremos a atuação da Campanha em Mato Grosso e sua relação entre o público e o privado. O artigo está estruturado em dois tópicos: o primeiro faz algumas aproximações da relação entre público e privado na educação



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

brasileira (CURY, 2016; SANTOS, 2007, SILVA, 2001, 2002); o segundo trata do entrecruzamento entre o público e o privado no sul de Mato Grosso, tendo como foco a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, buscando compreender a instalação da CNEG e como se deu o recebimento de verbas e subvenções.

Público e privado na educação brasileira: o caso da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)

Neste tópico traçamos um retrospecto histórico aproximativo sobre a natureza das instituições educacionais no país (1949-1963), recorrendo à legislação nacional, a fim de compreender a relação entre o público e o privado na educação brasileira. Nesse sentido, procuramos identificar três tipos de instituições: 1) instituição pública; 2) instituição privada com fins lucrativos e 3) instituição privada sem fins lucrativos.

Cury (2016) nos auxilia na compreensão histórica da relação entre público e privado na educação, uma vez que, para ele, a iniciativa privada escolar no Brasil se organizou entre instituições com fins lucrativos e instituições sem fins lucrativos. Com base na legislação nacional, o referido autor apreendeu diferentes conceitos como o de **concessão** e o de **autorização** utilizados pela iniciativa privada, a qual dependia do Estado para emitir certificados e diplomas oficiais.

A **concessão** estabeleceu-se nas reformas imperiais até a Constituição de 1988; já a **autorização** passou a vigorar após a Constituição e permeou a relação entre educação escolar e rede privada. Nesse sentido, para este estudo, focalizaremos como se deu esse processo de concessão até a delimitação temporal adotada, isto é, 1963, com a LDB n. 4024, de 1961.

A educação, naquele momento histórico, era responsabilidade do Estado, portanto uma função pública. No entanto, ao longo da história, essa função pública também foi autorizada para o ente privado. Desde 1930, o Estado era responsável pela educação e concedia aos entes privados “[...] a função pública inerente à escola pública



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

sem se referir à lucratividade ou mesmo proibindo-a, a depender da reforma de educação.” (CURY, 2016, p. 112-113). Entretanto, as escolas não precisavam ser gratuitas, apenas não poderia haver referência ao lucro.

Estabelecia-se, assim, dois tipos de escolas: as públicas e as privadas. As escolas privadas, que pertenciam aos sistemas públicos de educação, eram consideradas privadas com função pública concedida pelo Estado e deveriam visar primeiramente ao interesse coletivo. Todavia, havia diferenciação entre aquelas que praticavam algum tipo de gratuidade e, por isso, recebiam recursos públicos e as que exerciam sua função privada com uma lógica de mercado.

Com o advento da Revolução de 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) adotou, no campo educacional, algumas medidas, tais como: autorizou o ensino religioso em escolas oficiais, reorganizou o ensino secundário, criou o Conselho Nacional de Educação, oficializou os currículos regulares e trouxe para a discussão o ensino público *versus* ensino privado.

Por meio do Decreto n. 19.890, de 18/04/1931, o Artigo 1º estabelecia que: “O ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial.” (BRASIL, 2018a), portanto tal Colégio tornou-se o modelo a ser seguido. Assim, os estabelecimentos privados que buscavam oficialização necessitavam atender aos critérios impostos pelo Colégio.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei n. 4244, de 19/04/1942) trata de outro aspecto sobre a organização escolar:

Art. 70. As pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimentos de ensino secundário, são consideradas como no desempenho de função de caráter público. Cabem-lhes, em matéria educativa, os deveres e as responsabilidades inerentes ao serviço público. (BRASIL, 1942, p. 12).

Nesse Decreto-Lei, estabeleceu-se outra caracterização do ensino, além do oficial Colégio Pedro II: os estabelecimentos equiparados da rede pública estadual e do Distrito



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Federal e os reconhecidos – administrados pelos municípios e por pessoas de direito privado que possuíam a autorização do Estado.

Nesse sentido, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, fundada em 1943, erigiu-se sob a égide dessa legislação, que a configurava como um estabelecimento de ensino secundário, reconhecido e administrado por pessoa de direito privado que desempenhava uma função pública.

De acordo com Silva (2002), o ano de 1948 foi marcado pelo apoio financeiro do Estado e a aproximação da CNEG com pessoas ligadas ao Ministério da Educação. Felipe Tiago Gomes apresentou um plano de criação dos ginásios gratuitos e, após esse encontro, a Campanha expandiu-se pelo país, porém “[...] dependente do apoio de autoridades do Ministério da Educação e da Diretoria do Ensino Secundário do referido Ministério.” (SILVA, 2002, p. 5).

Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação, recomendou à Campanha, no ano de 1948, a elaboração do primeiro Estatuto, passando a contar, nesse contexto, com a participação de pessoas ligadas ao Estado. Sua expansão para os entes federados ocorreu a partir de 1949 e, para sua manutenção, começaram a surgir projetos de leis municipais, designando-lhe subvenções.

Dessa forma, o Estado passou a subvencionar e a aumentar os recursos destinados à Campanha por meio de políticas de incentivo à iniciativa privada na educação. No governo Juscelino Kubtischek (1956–1961) não foi diferente, já que a Campanha se expandiu de maneira acelerada nesse período, obtendo um crescimento de 232% nas matrículas, os discentes, que antes eram um total de 9.433 em 1956, passaram para 31.371 em 1960. O número de escolas também subiu de 107 para 373, respectivamente. (SILVA, 2002).

Os governos contribuía com a educação da rede privada por meio de subvenções, e a rede privada, por sua vez, procurava “encaixar-se” nas legislações para requerer esse “direito” estabelecido por lei. Nesse sentido, a Lei n. 4024/61, com a redação dada pela Lei n. 5692/71, em seu Art. 45, determina que a iniciativa privada



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

poderia receber recursos técnico-financeiros do poder público “[...] quando suas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização [...]”. (BRASIL, 2018b).

Nessa última Lei, especificamente no artigo 95, evidenciam-se os auxílios que as instituições públicas ou privadas receberiam do Estado:

A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de: [...] financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos [...]. (BRASIL, 2018b).

No Estatuto da CNEG, datado do ano de 1961, Art. 4º, observa-se que: “A CNEG, coerente com seus princípios e finalidades não admitirá, no cumprimento do seu programa qualquer discriminação religiosa, racial ou econômica [...]”. (ESTATUTO, 1961, p. 4). Esse artigo, combinado com o Art. 3º, demonstra sua finalidade “[...] inspirada nos princípios cristãos de solidariedade humana [...]”. (ESTATUTO, 1961, p. 3).

Face ao exposto, compreendemos que a CNEG atuava como uma instituição privada, com autorização concedida pelo Estado e, ao praticar gratuidade, diferenciava-se da instituição privada. Segundo Santos (2007), a CNEG é uma sociedade civil filantrópica, com objetivos educacionais e assistenciais, sem fins lucrativos. Pelo Decreto n. 36.505, de 30 de novembro de 1954, foi reconhecida de utilidade pública e recebeu do Conselho Nacional de Serviço Social o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

No entanto, a CNEG difere das instituições privadas com fins lucrativos, pois não obtém lucros, visto que não há proprietários da instituição. O seu primeiro Estatuto, datado do ano de 1948, apresenta no Art. 4º suas finalidades, quais sejam:

- a) Colaborar com o Ministério da Educação e órgãos competentes estaduais e receber dos mesmos a necessária orientação;
- b) Difundir o ensino e fornecer material didático gratuitamente às classes menos favorecidas;
- c) Fundar educandários gratuitos em todo o território nacional;
- d) Assegurar assistência social aos educandos;



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

- e) Promover pesquisas de interesses educacionais;
- f) Fundar bibliotecas e órgãos de caráter científico educacionais;
- g) Interceder junto a qualquer órgão do poder público no sentido de obter financiamento, verbas para a manutenção da Campanha. (AZEVEDO, 1983, p. 125-127).

Por meio desse trecho do Estatuto, elaborado no ano de 1948, por solicitação de Lourenço Filho, e logo após a promulgação da LDB, iniciada em 1948 e concretizada em 1961, compreendemos as estratégias adotadas pela CNEG em sua atuação conjunta com o Poder Público, a fim de “enquadrar-se” no padrão exigido pelo Ministério da Educação no que tange ao favorecimento de recursos, já que, em seu início, ela não aceitava auxílios governamentais⁷.

Para Silva (2001), a CNEG utilizava das benesses do Estado a partir da articulação com agentes alocados em pontos estratégicos dos organismos estatais, como também adotava a relação com a comunidade pelo viés do setor público não-estatal, com o intuito de manter privilégios, “[...] inclusive o de reivindicar os recursos financeiros que a legislação educacional permite.” (SILVA, 2001, p. 42). Compreendida sua natureza, passaremos, a seguir, a compreender a relação entre a CNEG e o estado de Mato Grosso por meio das subvenções.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos: o entrecruzamento entre o público e o privado no sul de Mato Grosso

A CNEG, ao instalar-se no estado de Mato Grosso, inseriu-se em um campo de lutas e disputas para sua legitimação na região. Para Bourdieu (1989), o campo é definido como palco de disputas em que um bem é produzido, consumido e classificado.

⁷ A Campanha, quando fundada, não aceitava colaboração do Estado nem de políticos em suas atividades. A partir de 1945, alguns de seus fundadores deixaram o movimento para se candidatar a uma vaga eleitoral. Assim, esse momento de ruptura provocou uma mudança em sua ideia original, já que, diante da realidade, os agentes, “[...] perceberam que era necessário iniciar uma parceria com o Estado, se quisessem de fato dar continuidade à Campanha.” (AZEVEDO, 2007, p. 76).



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

O campo aqui discutido refere-se ao campo educacional, no qual as escolas particulares lutavam para sua legitimação e subvenções governamentais.

A Campanha instalou-se no estado por intermédio de Felipe Tiago Gomes, o qual viajou a Mato Grosso com o intuito de fundar ginásios de ensino secundário gratuitos e, na ocasião, procurou por Oliva Enciso, professora e representante política que possuía um trabalho voltado à educação.

Nesse contexto, no livro de memória de Enciso (1986), intitulado “Mato Grosso do Sul – Minha Terra”, há o detalhamento da reunião para a institucionalização da CNEG em terras mato-grossenses:

Aos doze dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e nove, às 17 horas, presentes a Diretoria da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante e as pessoas abaixo assinadas, no local de costume (Fórum) teve lugar uma reunião extraordinária, a qual compareceu o Dr. Felipe Tiago Gomes, Delegado da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com sede em Recife – Pernambuco [...] que expõe aos presentes a finalidade dessa Campanha. (ENCISO, 1986, p. 111).

Após o ato, algumas deliberações foram tomadas e organizou-se a Comissão Estadual, com sede na cidade de Campo Grande, para tratar dos interesses da Campanha dentro do estado.

Percebe-se que, para a instalação da CNEG em Mato Grosso, houve a necessidade da participação de agentes públicos de vários campos da sociedade campo-grandense, tais como o professor Múcio Teixeira Junior, o jornalista e professor José Barbosa Rodrigues, o representante político Paulo Coelho Machado e a professora Maria da Gloria Sá Rosa. É notório que a Campanha necessitou de auxílio e de legitimação para se instalar em Campo Grande, contando com a ajuda de personalidades representativas do período para sua oficialização na parte sul do estado.

Nesse sentido, os agentes⁸ participaram dessa legitimação, pois estavam envolvidos em lutas simbólicas de diferentes formas. Para Bourdieu (1989), cada campo

⁸ Para Bourdieu (1989), o agente atua como instrumento de ação e poder e é envolto por ações em determinado campo e jogo.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

possui uma autonomia relativa e, dentro de cada campo, há produções que são legitimadas e se tornam essenciais para o grupo.

Na conjuntura do campo em questão, era necessária a criação de uma escola secundária gratuita. Para tanto, os agentes que legitimaram essa ideia e deram forças a ela foram imbuídos e munidos de capitais⁹ para assim emanarem força e legitimação.

Instalado em Campo Grande em 1949, o Ginásio recebeu a denominação de Ginásio Barão do Rio Branco e contou com apoio de diversos agentes. Dessa forma, a Campanha ganhou força em Mato Grosso e, posteriormente, foram fundadas outras instituições no estado.

Na memorialística de Oliva Enciso encontra-se a narrativa da institucionalização da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e a sua constituição em Mato Grosso, além da instalação em Campo Grande e dos outros seis ginásios que foram fundados entre os anos de 1949 a 1963. Na porção sul do estado, Campo Grande foi a primeira cidade contemplada. Com o intuito de exemplificar os ginásios fundados em Mato Grosso, a partir de 1949, elaboramos o quadro a seguir.

Quadro 1 – Ginásios fundados em Mato Grosso pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos entre os anos de 1949 a 1963

Ano	Cidade	Instituição
1949	Campo Grande	Ginásio Barão do Rio Branco
1950	Bela Vista	Ginásio Bela Vista
1959	Guia Lopes da Laguna	Ginásio Guia Lopes
1959	Cuiabá	Ginásio Dom Aquino Corrêa
1960	Porto Murtinho	Ginásio Ruy Barbosa
1960	Rondonópolis	Ginásio Industrial 13 de junho
1963	Rio Verde de Mato Grosso	Ginásio Agrícola de Rio Verde

Fonte: Mato Grosso do Sul – Minha Terra, 1986.

Organização: ASTOFE; ASSIS, 2018.

⁹ Distinta da concepção marxista, Bourdieu (1989) compreende o capital para além de bens e riquezas materiais, ou seja, para ele, o capital refere-se ao recurso ou poder que se torna visível em uma atividade social. Assim, para o sociólogo francês, existem outros tipos de capital, como o capital social, cultural, econômico e o simbólico.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

O Ginásio Barão do Rio Branco funcionou em uma “escolinha particular” e seus exames eram aplicados em outros estabelecimentos de ensino. Outra instituição fundada por Oliva Enciso, a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, auxiliou a Campanha pagando os docentes, “por empréstimo”, durante três anos. A Campanha em Mato Grosso contou, em sua maioria, com recursos financeiros e doação de terreno.

A seguir, apresentamos um quadro com informações sobre alguns auxílios do poder público levantados para a Campanha em Mato Grosso.

Quadro 2 – Leis, Decretos e Projetos concedendo auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso

Título	Resumo	Acervo
Lei n. 197-23/10/1951	Dispõe sobre um auxílio de Cr\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil cruzeiros) ao Ginásio Barão do Rio Branco com sede em Campo Grande – C.N.E.G. seção de Mato Grosso	Assembleia Legislativa de Mato Grosso- Instituto Memória
Lei n. 1490-b, de 11 de dezembro de 1951	Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências.	Portal da Câmara dos Deputados
Lei n. 265 – 29/04/1952	Concede auxílio ao Ginásio Barão do Rio Branco.	Arquivo Histórico de Campo Grande ARCA
Lei n. 537 - 05/11/1952	Concede uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 ao Ginásio Bela Vista, da cidade de igual nome.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Projeto de Lei 4.421 – 17/05/1954	Concede à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos franquia postal telegráfica para a correspondência que expedir em objeto de serviço. O Projeto de lei n. 4421, de 17 de maio de 1954, decretado pelo Congresso Nacional e aprovado pela Câmara dos Deputados, concede à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos franquia postal e telegráfica para a correspondência que expedir em objetos de serviço.	Portal da Câmara dos Deputados
Lei n. 1245 – 27/08/1954	Concede à Seção Estadual da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sociedade civil de fins educacionais, sediada no Rio de Janeiro, um auxílio de Cr\$ 30.000,00.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 1468 – 18/11/1960	Abre no Tesouro do Estado o Crédito Especial na importância de Cr\$ 240.000,00 para o fim que especifica.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 1509 –	Abre no Tesouro do Estado o crédito especial na importância de	Assembleia



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

14/07/1961	Cr\$ 200.000,00 para o fim que especifica.	Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 1543-08/09/1961	Abre no Tesouro do Estado o crédito de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros).	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Decreto Legislativo n. 432 - 17/10/1961	Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) ao Ginásio Barão do Rio Branco, de Campo Grande.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Decreto Legislativo 474/62	Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um imóvel ao Ginásio Barão do Rio Branco, da cidade de Campo Grande.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 779 – 04/07/1962	Autoriza o Executivo a expedir título de aforamento em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.	Arquivo Histórico de Campo Grande ARCA
Lei n. 2.032 – 03/12/1963	Abre no tesouro do Estado o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, destinado a auxiliar o Ginásio Barão do Rio Branco, da cidade de Campo Grande.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 2.277 – 30/10/1964	Abre crédito especial de Cr\$ 4.350.000,00 para atender a Lei n. 1799, de 03/12/62, que subvenciona a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – Seção de Mato Grosso.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 2.479 - 30/10/1964	Abre crédito especial de Cr\$ 3.750.0000.000,00 (Três milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros) para atender a Lei n. 1799, de 03/12/62, que subvenciona a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – Seção de Mato Grosso.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei n. 957 - 18/05/1966	Autoriza o Executivo a doar uma área de território à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.	Arquivo Histórico de Campo Grande ARCA
Lei n. 1.472 – 16/11/1973	Declara de utilidade pública o colégio Barão do Rio Branco, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.	Arquivo Histórico de Campo Grande ARCA

Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA; Plataforma da Câmara dos Deputados; Assembleia Legislativa de Mato Grosso e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso.
 Organização: ASTOFE; ASSIS, 2018.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Apesar de possuir representação por meio dos agentes que contribuíram para sua instalação e legitimação, percebemos, a partir do quadro acima, que apenas em 1951¹⁰ o poder público auxiliou a CNEG, isto é, foram dois anos sem o apoio financeiro por parte do Estado. Além da legitimação atribuída pelos agentes campo-grandenses, o poder público teve papel crucial nesse processo. Isso evidencia a quantidade de auxílios exemplificados, totalizando dezessete auxílios entre os anos de 1951 a 1966.

Nas pesquisas nos jornais, Diários Oficiais da União e Ementário de Leis (1947 a 1965), identificamos que o Ginásio Barão do Rio Branco recebeu verbas governamentais entre os anos de 1951 a 1966, as quais resultaram num total de dezessete auxílios em dinheiro para a Campanha em Mato Grosso – em sua maioria destinadas ao Ginásio Barão do Rio Branco – e uma verba ao Ginásio Bela Vista, na cidade de Bela Vista.

Dessa forma, com esses auxílios e apoiada por tais agentes, Oliva Enciso retratou na Assembleia Legislativa que, no ano de 1959, a Campanha recebeu a aplicação de dotações orçamentárias no Ministério da Educação e Cultura, sendo que havia sido aprovado pelo presidente da República o montante de 55 milhões de cruzeiros, pois a instituição possuía cerca de duzentos e cinquenta e sete estabelecimentos em todo o país.

O jornal “Correio da Manhã” (1959) assinalou o projeto de lei para subvenção anual de Cr\$ 30.000,00 aos ginásios da CNEG. Essa medida foi proposta pelo governador Ponce de Arruda, o qual desejava, em seu mandato, colaborar com a educação secundária, visando solucionar o problema de falta de escolas. Na matéria do jornal constava que: “[...] o governador mato-grossense diz que já vem auxiliando na medida das possibilidades, o Ginásio Barão do Rio Branco, que funciona na sede da Escola Modelo Joaquim Murtinho [...]” (CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 7). Além disso, tal ginásio contava com o apoio anual de Cr\$ 100.000,00.

¹⁰Com base no levantamento desenvolvido no Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA, na Plataforma da Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso e no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, no período do mês de novembro de 2014, agosto de 2015, julho de 2016 e em dezembro de 2017.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Nesse sentido, tais recursos demonstraram o crescente investimento desempenhado pelo poder público federal e estadual (em sua maioria estadual) em relação aos ginásios fundados pela CNEG, haja vista as necessidades do período, ou seja, a demanda por educação secundária.

Isso posto, a CNEG, na condição de instituição filantrópica de caráter privado, mobilizou estratégias e compreendeu o campo no qual estava jogando, isto é, participou de um “jogo político”, no qual submeteu seus interesses ao Estado para angariar recursos, adequando-se às regras do jogo ao elaborar o primeiro Estatuto a pedido do ministro de educação e alinhando-se à LDB com o intuito de receber verbas.

Para Enciso (1986) e segundo as legislações consultadas, o referido Ginásio contou, no decorrer de sua história, com o apoio do poder público federal e municipal, como também com a presença de representantes políticos que se viam na obrigação de expandir a oferta educacional para atender às necessidades de desenvolvimento econômico e social de Campo Grande. A função social da instituição era a formação dos jovens que não tinham condições de frequentar as escolas privadas entre as décadas de 1940 e 1950. (BRITZ, 2014).

As subvenções eram destinadas, em sua maioria, ao Ginásio Barão do Rio Branco, haja vista a sua implantação pioneira no estado. No entanto, houve recursos destinados para os outros ginásios, como, por exemplo, o determinado pela Lei n. 1468, de 18 de novembro de 1960, em que a Deputada Oliva Enciso, como redatora da lei, possibilitou a abertura no Tesouro do Estado de um Crédito Especial de Cr\$240.000,00. (MATO GROSSO, 1960).

Face ao exposto, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no sul e em todo o Mato Grosso obteve subvenções que demonstravam a força que a instituição possuía devido aos agentes “entusiastas”, alguns da área política, outros da área da educação, como professores, os quais, por meio de sua representação simbólica, emanaram poder ao ideal de Felipe Tiago Gomes. Sem dúvida, a Campanha colaborou para a expansão do ciclo ginásial do ensino secundário em Mato Grosso, tendo em vista a



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

falta de instituições públicas no estado, pois, nas cidades fundadas, em sua maioria, os ginásios foram os pioneiros na educação secundária.

Em síntese, a Campanha contribuiu para a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, por meio de suas sedes instaladas em seis cidades do estado e, em especial, em Campo Grande com o Ginásio Barão do Rio Branco. Os estabelecimentos de ensino se destinavam à classe trabalhadora e aos “desprovidos de recursos financeiros”, mantendo-se firme em sua finalidade de democratizar a educação secundária. A sua aceitação na cidade se deu pela quantidade mínima de escolas secundárias gratuitas, ou seja, havia, na época, apenas uma - o Liceu Campo-Grandense. Conclui-se que o referido estabelecimento obteve prestígio tanto pela representação simbólica dada pelos agentes que a legitimaram como pelo apoio do poder público.

Vale ressaltar ainda que o campo era constituído por poucas escolas secundárias, na maioria de iniciativa particular, e as escassas escolas públicas utilizavam do exame de admissão, dificultando ainda mais o acesso ao ensino e promovendo a seletividade.

Os agentes desse campo eram personalidades representativas e reconhecidas na sociedade campo-grandense e tinham de posse alguns capitais como o social, institucionalizado (títulos) e o capital simbólico, que se refere ao prestígio ou à boa reputação de um agente em um grupo ou na sociedade em geral. Dessa maneira, esses agentes emanavam força e poder simbólico e, assim, legitimaram a instalação da Campanha na porção sul do estado.

Considerações finais

Com o objetivo de compreender a dimensão da relação entre o público e o privado alçado na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e seus desdobramentos no sul do estado de Mato Grosso, este artigo buscou traçar uma linha histórica da relação entre as instituições e a esfera pública por meio da legislação nacional ancorada em Cury (2016).



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

O artigo evidenciou a articulação da iniciativa particular para angariar recursos públicos, a CNEG como entidade privada de caráter filantrópico que exercia função pública, utilizava deste benefício. Com base em Cury (2016); Santos (2007) e Silva (2001, 2002), compreendemos que, juridicamente, a Campanha era uma instituição privada, que se diferenciava daquelas com fins lucrativos. Dessa maneira, a CNEG desempenhava uma função pública como instituição privada sem fins lucrativos.

Outro ponto diz respeito à aproximação do seu fundador com o ministro da educação Clemente Mariani, com o diretor do Departamento Nacional de Educação Lourenço Filho e com a primeira dama Sarah Kubistchek, os quais, em momentos diferentes de sua história, colaboraram para a consolidação da Campanha. Tais aproximações representaram alterações importantes, tais como: a elaboração do primeiro Estatuto em 1948, a grande expansão no governo do presidente Juscelino Kubistchek e o novo Estatuto em 1961, elaborado nos moldes da primeira LDB para o recebimento de verbas. O reconhecimento da Campanha, ao assumir a configuração de instituição de utilidade pública, também emanou interesses, haja vista que, com tal título, pleiteou recursos públicos.

Em síntese, a CNEG em Mato Grosso e o Ginásio Barão do Rio Branco supriram as demandas na época e atuaram na contramão da maioria das instituições privadas instaladas em Campo Grande e no estado, pois ofertavam o curso ginásial.

Referências

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. **A Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação): Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005, 295p.

AZEVEDO, Karla Veruska. **A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em terras capixabas (1948 – 1971)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) : Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6^a- ed. - Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

BRASIL. Coleção das Leis do Império (1808-1889). Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 3 Nov. 2018a.

BRASIL. Coleção das Leis da República (1889-2000). Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 3 Nov. 2018b.

BRASIL. Decreto-Lei 4.244 de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 Ago. 2017.

BRASIL. Lei N. 4.024/1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 09 Nov. 2018.

BRITTEZ, Adriana Espíndola. **A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, 2014, 202p.

CNEC. História da rede CNEC. Brasília: DF, 2018. Disponível em:
<http://h.cneq.br/institucional-cneq/historia/> Acesso em: 01 dez. 2018.

CNEC. História da Unidade: Ginásio Industrial 13 de Junho. 20???. Disponível em:
<http://escola13dejulho.cneq.br/institucional/historia/> Acesso em: 30 mai. 2018.

CNEC, Estatuto da. **Estatuto da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**. Fortaleza- CE, 1961, 19p.

CORREIO DA MANHÃ. Apoio aos Educandários Gratuitos em Mato Grosso. Rio de Janeiro : RJ, Ano 1959\Edição 20314, p. 7. Disponível em:
 <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=107195&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em 22 Mai. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar e a rede privada: concessão e autorização. **Movimento Revista de Educação**, Rio de Janeiro, ano 3, n.5, 2016.

DUARTE, Ariane dos Reis. **Idealismo e educação: as relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS, 1968/2007**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014, 93p.

ENCISO, Oliva. **Mato Grosso do Sul: minha terra**. São Paulo: Editora Resenha Ltda, 1986.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da Comunidade**. Distrito Federal: CNEC. 4ª ed. 1973.

FERRER, Silvaniza Maria Vieira. **A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o “entusiasmo” pela educação ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963 / por Silvaniza Maria Vieira Ferrer**. – 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do



ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE - **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**
 JACIRA HELENA DO VALLE PEREIRA ASSIS – **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza(CE), 2010. 238p.

HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC**. Um Estudo Histórico. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1977.

MATO GROSSO. Lei Nº.1468 de 18 de novembro de 1960. Abre no Tesouro do Estado o Crédito Especial de Cr\$240.000,00. Ementário de Leis 1947 a 1965. Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Palácio Filinto Muller, Instituto Memória. Cuiabá, MT.

NAVES, Nelsimar José. História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbá - GO (1956 a 1974). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2013.

SANTOS, Maria Luiza de Paula. **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade**: Uma proposta para formação do jovem estudante pobre (1943-2007). Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT – UFMT/IE, 2007, 146p.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária** : além do Estado e do Mercado 9 : a experiência da campanha nacional de escolas da comunidade - CNEC (1985-1998) -- Campinas, SP :Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

SILVA, Ronalda Barreto. Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado? - A Experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC (1985-1998) In: IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação,. O Oral, o Escrito e o Digital na História da Educação. 2002, Porto Alegre. São Leopoldo: USININOS, 2002. (v.01. p.104 – 105).

Recebido em: 14 de fevereiro de 2019

Aprovado em: 03 de março de 2019